



## A FABRICAÇÃO ALGORÍTMICA DO AFETO NAS RELAÇÕES PARASOCIAIS DA CULTURA DIGITAL

### THE ALGORITHMIC FABRICATION OF AFFECT IN THE PARASOCIAL RELATIONS OF DIGITAL CULTURE

Atila Barros da Silva<sup>1</sup>

DOI: 10.66029/ANWD6026

**RESUMO:** Este ensaio investiga o fenômeno do afeto parasocial no contexto da cultura digital atual, articulando-o à problemática mais ampla da natureza do mundo digital e de suas implicações ontológicas, afetivas e políticas. Partindo da recusa da dicotomia simplificadora entre “real” e “virtual”, o trabalho sustenta que o digital não constitui uma esfera separada da vida social, mas uma matriz de mediação que reorganiza profundamente as formas de relação, reconhecimento e experiência subjetiva. Nesse horizonte, o afeto parasocial, caracterizado por vínculos emocionais assimétricos entre sujeitos e figuras midiáticas, é analisado não como mero desvio psicológico, mas como operador estrutural das sociabilidades mediadas por plataformas. A partir de autores como Foucault, Horton e Woh, argumenta-se que a intensificação desse tipo de vínculo decorre tanto das transformações tecnológicas quanto das lógicas econômicas e políticas que regem o capitalismo de plataforma e a economia da atenção. O ensaio examina ainda como algoritmos, métricas de visibilidade e estratégias de engajamento produzem uma arquitetura da intimidade voltada à captura e monetização do afeto, convertendo necessidades humanas legítimas de pertencimento e reconhecimento em ativos econômicos e dispositivos de governança comportamental.

**Palavras-chave:** Afeto parasocial. Cultura digital. Subjetividade contemporânea. Mediação tecnológica.

**ABSTRACT:** This essay investigates the phenomenon of parasocial affect in the context of contemporary digital culture, articulating it with the broader problem of the nature of the digital world and its ontological, affective, and political implications. Rejecting the simplifying dichotomy between the “real” and the “virtual,” the study argues that the digital does not constitute a sphere separate from social life, but rather a matrix of mediation that profoundly reorganizes forms of relation, recognition, and subjective experience. Within this horizon, parasocial affect, characterized by asymmetrical emotional bonds between subjects and media figures, is analyzed not as a mere

---

<sup>1</sup> Graduado em Análise de Sistemas e História, possui formação acadêmica multidisciplinar. É pós-graduado com MBAs em Gestão do Conhecimento e em Data Warehouse e Business Intelligence, além de especializações em Engenharia de Software, Antropologia, História, Educação do Campo, Filosofia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia. Mestre em Educação pela Universidade Estácio de Sá (UNESA-RJ), onde atua como professor titular e pesquisador. Leciona nos cursos de Pedagogia, Sociologia e Antropologia, bem como nas graduações em Ciências Jurídicas, Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Ciências da Computação. Atualmente, é doutorando em Educação pela Universidad Nacional de Rosario (UNR-Argentina). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4660184868094532>. Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0006-3739-0681>. E-mail: [atilafimusp@gmail.com](mailto:atilafimusp@gmail.com)



psychological deviation, but as a structural operator of platform-mediated sociabilities. Drawing on authors such as Foucault, Horton and Wohl, it is argued that the intensification of this type of bond results both from technological transformations and from the economic and political logics that govern platform capitalism and the attention economy. The essay further examines how algorithms, metrics of visibility, and engagement strategies produce an architecture of intimacy oriented toward the capture and monetization of affect, converting legitimate human needs for belonging and recognition into economic assets and devices of behavioral governance.

**Keywords:** Parasocial affect. Digital culture. Contemporary subjectivity. Technological mediation.



## INTRODUÇÃO

Perguntar se o mundo digital é apenas digital significa, antes de tudo, problematizar uma das clivagens mais persistentes do imaginário contemporâneo: a separação entre “real” e “virtual”, entre vida concreta e experiência mediada. Essa dicotomia, ainda amplamente mobilizada no senso comum e mesmo em parte da literatura especializada, mostra-se cada vez mais insuficiente para compreender a complexidade das transformações sociais, culturais e afetivas que caracterizam a contemporaneidade. O digital não constitui um domínio apartado da vida social, mas um conjunto de condições sociotécnicas que atravessam e reorganizam profundamente os modos de existir, de se relacionar, de perceber e de produzir sentido. Suas consequências não se restringem à esfera comunicacional: incidem sobre a economia política, a constituição da subjetividade, as formas de poder e, de modo decisivo, sobre a experiência do afeto.

Nesse contexto, o fenômeno do afeto parasocial emerge como uma das chaves analíticas mais potentes para compreender como o digital reconfigura não apenas os modos de comunicação, mas a própria arquitetura dos vínculos contemporâneos. Formulado inicialmente por Horton e Wohl (1956) para descrever a sensação de intimidade desenvolvida por espectadores em relação a personalidades midiáticas no rádio e na televisão, o conceito de interação parasocial foi concebido para dar conta de uma relação assimétrica, na qual o público experimenta proximidade emocional sem que haja reciprocidade efetiva. O que era, naquele momento, uma observação circunscrita à lógica dos meios de massa transforma-se, no ambiente digital, em estrutura cotidiana de sociabilidade.

A ampliação desse fenômeno no ecossistema das plataformas digitais não pode ser compreendida como mero prolongamento técnico da televisão ou do cinema. Trata-se, antes, de uma mutação qualitativa das formas de mediação social. A digitalização da vida cotidiana dissolve progressivamente as fronteiras entre público e privado, trabalho e intimidade, espetáculo e biografia, instaurando um regime de visibilidade contínua no qual a exposição de si se torna simultaneamente recurso simbólico, capital social e mercadoria. Como observa Thompson (1998), a mídia moderna já havia reconfigurado a intimidade, mas é no ambiente digital que essa transformação atinge uma intensidade inédita, ao permitir a circulação permanente de narrativas pessoais, rotinas afetivas e performances de autenticidade.

Essa nova ecologia comunicacional, descrita por Castells (2010) como sociedade em rede, não apenas amplia os fluxos de informação, mas institui formas específicas de presença, pertencimento e reconhecimento. Plataformas como Instagram, TikTok, YouTube e Twitch não operam como simples meios de difusão, mas como infraestruturas de socialidade, nas quais a experiência relacional é permanentemente modulada por métricas, algoritmos e dispositivos de engajamento. Nesse regime, o afeto deixa de ser apenas dimensão privada da subjetividade para tornar-se elemento central da economia política da atenção, conforme analisado por Franck (2005), e da lógica de acumulação do capitalismo de plataforma, como argumenta Srnicek (2017).

O afeto parasocial, assim, não pode ser reduzido a uma curiosidade psicológica ou a uma distorção perceptiva. Ele constitui um operador estrutural da sociabilidade digital contemporânea. A sensação de ser “visto”, “compreendido” ou “próximo” de figuras públicas, influenciadores ou criadores de conteúdo responde a uma necessidade humana legítima de reconhecimento e vínculo; contudo, essa necessidade é progressivamente capturada, organizada e explorada por arquiteturas técnicas que



transformam o desejo de conexão em ativo econômico e instrumento de governança comportamental, como demonstra Zuboff (2019) ao analisar o capitalismo de vigilância.

Essa captura não ocorre apenas em nível macroeconômico, mas incide diretamente sobre a constituição da subjetividade. Como sublinham Baym (2015) e Papacharissi (2015), as interações digitais produzem públicos afetivos, coletivos formados não apenas por interesses comuns, mas por circulações emocionais que moldam percepções, julgamentos e pertencimentos. O vínculo parasocial, nesse sentido, torna-se uma forma social legítima, naturalizada, integrada às rotinas cotidianas e às narrativas identitárias. A ilusão de proximidade deixa de ser percebida como ilusão e passa a funcionar como experiência real, eficaz em seus efeitos emocionais, ainda que estruturalmente assimétrica.

É nesse ponto que a questão ontológica se impõe: se o afeto é vivido como real, ainda que mediado por dispositivos técnicos e desprovido de reciprocidade, em que sentido o mundo digital pode ser considerado “apenas” digital? O afeto parasocial demonstra que o digital não se limita a representar ou simular o real, mas participa ativamente de sua produção. Ele reorganiza o que se entende por presença, intimidade, amizade, reconhecimento e pertencimento. Em termos baudrillardianos, poder-se-ia dizer que não se trata mais apenas de simulação, mas de simulacro: formas de relação que não imitam um vínculo prévio, mas instauram novos regimes de experiência afetiva, dotados de eficácia simbólica e emocional própria.

Essa reconfiguração dos vínculos possui implicações éticas e políticas profundas. Ao normalizar relações marcadas pela ausência de reciprocidade e pela previsibilidade da resposta, garantida por roteiros narrativos, performances calibradas e, cada vez mais, por inteligências artificiais capazes de simular empatia —, a cultura digital tende a reduzir a alteridade, o conflito e a imprevisibilidade que caracterizam a relação intersubjetiva autêntica. Conforme adverte Turkle (2011), corre-se o risco de substituímos a complexidade do encontro humano por formas de companhia controláveis, ajustáveis e emocionalmente menos exigentes, ainda que mais intensivas em consumo simbólico.

Por outro lado, seria simplista e teoricamente pobre reduzir o fenômeno parasocial a mera patologia social. Para muitos sujeitos, especialmente aqueles em situações de isolamento, marginalização ou vulnerabilidade, comunidades digitais e vínculos mediados oferecem suporte, reconhecimento e formas de pertencimento inexistentes em seus contextos presenciais. O afeto parasocial, nesse sentido, não é intrinsecamente negativo; ele se torna problemático quando se converte em modelo relacional hegemônico, substitutivo e naturalizado, esvaziando progressivamente a experiência da reciprocidade e da negociação intersubjetiva.

É precisamente nessa tensão que se inscreve o objetivo deste ensaio: analisar o fenômeno do afeto parasocial como expressão privilegiada das transformações afetivas, ontológicas e políticas do mundo digital contemporâneo, articulando-o à pergunta fundamental sobre a natureza do próprio digital. Parte-se da hipótese de que o digital não constitui um domínio separado da realidade social, mas uma matriz de mediação que reconfigura profundamente os modos de sentir, relacionar-se e existir, sendo o afeto parasocial um de seus sintomas mais reveladores.

Ao investigar esse fenômeno, este trabalho busca contribuir para uma compreensão ampliada da experiência contemporânea, recusando tanto as leituras tecnofílicas ingênuas quanto os diagnósticos apocalípticos que veem no digital apenas degradação ou alienação. Trata-se, antes, de pensar o digital como campo de disputa simbólica, afetiva e política, no qual se jogam as formas futuras de sociabilidade, subjetivação e reconhecimento. O afeto parasocial, longe de ser um detalhe periférico,



revela-se, assim, como uma das expressões centrais da pergunta que orienta este estudo: afinal, o mundo digital é só digital, ou é precisamente ali que se reconfiguram, de modo decisivo, as formas contemporâneas do humano?

## **ELE ME ENTENDE! O FENÔMENO DO AFETO PARASOCIAL E A ILUSÃO DE PROXIMIDADE NO MUNDO DIGITAL**

A emergência e a radical transformação das dinâmicas sociais na era digital têm catalisado a reconfiguração profunda dos modos de constituição dos afetos e das ilusões relacionais. Dentre essas transformações, o fenômeno do afeto parasocial, conceito cunhado em meados do século XX, ascendeu de categoria analítica marginal para estrutura central na compreensão da experiência subjetiva contemporânea. A percepção de que uma figura midiática, um streamer, um influencer, um artista, nos “entende” de forma singular e íntima representa a culminação de uma arquitetura comunicacional projetada para simular reciprocidade onde há apenas fluxo unidirecional. Este ensaio propõe uma análise crítica deste fenômeno, explorando sua gênese histórica, sua amplificação e “irização” na economia digital, suas consequências psicológicas e sociais, e os paradoxos de uma conectividade que gera nova modalidade de isolamento.

A conceituação seminal de Horton e Wohl (1956) identificou na televisão e no rádio os germes de uma “interação à distância”, na qual o espectador desenvolve um vínculo ilusório com um performer que se dirige à câmera em simulacro de conversação pessoal. A essência da relação parasocial residia, desde sua origem, na tríade assimetria, ilusão de reciprocidade e intimidade imaginada. Contudo, o que era observado como fenômeno limitado a poucas centenas de celebridades de massa transformou-se, no ecossistema digital, em condição ubíqua. A barreira tecnológica que outrora garantia uma clara distinção entre o domínio público e o privado dissolveu-se na estética do vlog diário, do story efêmero e da live interativa, reconfigurando a intimidade mediada (Thompson, 1998). A performatização da vida cotidiana, curada e editada, gera uma textura de familiaridade que obscurece seu caráter de mercadoria simbólica, como analisado por Baym (2015) ao discutir a socialidade parcial das conexões digitais.

Esta transformação qualitativa é intrinsecamente vinculada à lógica da economia da atenção (Franck, 2005) e à arquitetura predatória das plataformas digitais (Srnicke, 2017). A monetização do engajamento demanda a conversão do afeto em capital, no interior do que Zuboff (2019) denomina capitalismo de vigilância. Estratégias como a resposta seletiva a comentários, sessões de Q&A e a narrativa de “jornada pessoal” são técnicas industriais de cultivo deliberado do vínculo parasocial. O afeto, assim eliciado, torna-se a força motriz do consumo, irradiando-se para a política, o mercado e a esfera íntima, em consonância com o que Papacharissi (2010) denomina conectividade ambígua entre público e privado.

As consequências psicológicas desta dinâmica são profundas e multifacetadas. O investimento emocional em uma figura que desconhece nossa existência gera ciclos de expectativa e frustração, como demonstrado empiricamente por Cohen (2004) ao analisar os efeitos emocionais da ruptura de relações parasociais. A sensação de pertencimento a comunidades de fãs pode amortecer a solidão inicial, mas frequentemente atua como substituto paliativo para a conexão autêntica, exigente em mutualidade e negociação (Giles, 2002). A hiperconectividade converte-se, paradoxalmente, em vetor de isolamento social, ao passo que o afeto desenvolvido inibe o senso crítico, tornando o indivíduo vulnerável à persuasão simbólica e à exploração comercial.





Nos casos extremos, a relação parasocial degenera em patologias relacionais, como comportamentos persecutórios, investimentos financeiros ruinosos e reações agressivas diante da imposição de limites por parte da figura pública, fenômenos que se intensificam nos contextos digitais contemporâneos, como demonstrado nos estudos sobre influencers (Dermott; Dibben, 2021).

Contudo, uma crítica integral deve reconhecer as nuances e potenciais benefícios dessas dinâmicas em contextos específicos. Para indivíduos marginalizados, comunidades digitais centradas em figuras parasociais podem oferecer validade identitária e pertencimento inacessíveis em seus ambientes offline, reafirmando que o afeto parasocial não é intrinsecamente patológico, mas torna-se deletério quando se normaliza como modelo relacional plenamente satisfatório.

O futuro deste fenômeno aponta para intensificação com tecnologias imersivas, como o metaverso e a realidade virtual, que prometem ilusões de copresença ainda mais convincentes. O desafio ético e educativo é monumental: desenvolver uma alfabetização midiática crítica capaz de distinguir entre conexão que enriquece e simulação que consome, em um cenário no qual o design comportamental das plataformas explora sistematicamente o desejo humano por vínculo (Eyal, 2014; Alter, 2017).

## A ONTOLOGIA DO AFETO PARASOCIAL NA HIPERMODERNIDADE

A análise do fenômeno parasocial, quando deslocada de seus registros exclusivamente psicológicos ou econômicos, revela-se uma chave hermenêutica privilegiada para decifrar a ontologia relacional da hipermodernidade. Conforme assinalam Lipovetsky e Charles (2004), vivemos um regime histórico marcado pelo hiperconsumo, pela aceleração temporal e pela centralidade do indivíduo como projeto permanente de si. Nesse contexto, o afeto parasocial não pode ser compreendido apenas como distorção subjetiva ou estratégia de mercado, mas como sintoma estrutural de uma reconfiguração mais profunda do ethos social, na qual a simulação da conexão não apenas representa o real, mas passa a precedê-lo e condicioná-lo. O vínculo afetivo deixa de ser exclusivamente uma relação entre sujeitos para tornar-se, crescentemente, um efeito técnico e simbólico produzido por dispositivos, interfaces e narrativas programadas.

A transição da simulação para o simulacro, nos termos formulados por Baudrillard (1991), é decisiva para compreender a maturação contemporânea do fenômeno. Na televisão analisada por Horton e Wohl (1956), a interação parasocial apresentava-se ainda como uma simulação reconhecível de uma relação social: o apresentador simulava o diálogo, o espectador, embora afetivamente envolvido, mantinha uma consciência residual do artifício. Havia, portanto, uma distância perceptível entre o modelo e o real que ele buscava imitar. Na ecologia digital contemporânea, essa distância é progressivamente obliterada. A simulação torna-se simulacro: um modelo sem origem nem referência estável, que gera o próprio real que conhecemos. A intimidade à distância já não imita uma amizade preexistente; ela produz um novo tipo de afeto, experienciado subjetivamente como real, eficaz em suas consequências emocionais, ainda que estruturalmente não recíproco.

Esse deslocamento ontológico é fundamental. O afeto parasocial deixa de ser concebido como mera falsificação imperfeita de um vínculo “verdadeiro” e passa a configurar uma forma positiva de relação, dotada de sua própria lógica, economia e patologia. A questão crítica, assim, não reside mais em denunciar a ilusão, mas em interrogar que tipo de realidade afetiva está sendo produzida quando os critérios



tradicionais de mutualidade, copresença e alteridade deixam de operar como fundamentos exclusivos do vínculo legítimo. A ontologia relacional hipermoderna não suprime o afeto, mas o reprograma: ele não desaparece, mas circula por arquiteturas técnicas que o moldam, orientam e exploram.

Essa mutação ontológica é sustentada por uma arquitetura sociotécnica que institucionaliza a parasocialidade como protocolo relacional. As interfaces das plataformas digitais não apenas possibilitam interações, mas solicitam e formatam o investimento afetivo unilateral. O algoritmo atua, nesse contexto, como um curador não-humano da intimidade, aprendendo padrões emocionais, antecipando desejos e explorando vulnerabilidades para maximizar o tempo de engajamento, em consonância direta com a lógica do capitalismo de plataforma descrita por Srnicek (2017) e com os dispositivos de exploração comportamental analisados por Zuboff (2019). A intimidade, longe de emergir espontaneamente, torna-se um efeito calculado de sistemas que operam sobre dados, métricas e previsões probabilísticas.

Nesse regime, a figura do influencer, do streamer ou da celebridade digital já não pode ser pensada apenas como sujeito empírico, mas como um nó biosemiótico: uma persona pública que funciona como superfície de projeção afetiva, texto aberto à interpretação e ao desejo do outro. Sua “autenticidade” não é a negação da performance, mas o próprio resultado de uma performance cuidadosamente calibrada de transparência estratégica e confissão medida. A exposição de fragilidades, inseguranças, fracassos e sofrimentos não desmonta a dinâmica parasocial; ao contrário, frequentemente a intensifica, pois oferece ao espectador a ilusão de acesso privilegiado ao “verdadeiro eu” por trás da persona, um eu que, no entanto, é tão performativo quanto o primeiro.

As implicações éticas desse regime ontológico são vastas e inquietantes. Em primeiro lugar, observa-se uma profunda precarização da atenção como recurso moral. Para Simone Weil (1993), a atenção constitui a forma mais pura de generosidade, o gesto ético fundamental de reconhecimento do outro em sua alteridade irreduzível. De modo convergente, Iris Murdoch (2006) concebe a atenção como exercício moral que desloca o sujeito de seu narcisismo em direção à realidade do outro. No entanto, na relação parasocial, a atenção é reconfigurada como consumo relacional sem responsabilidade, compromisso ou reciprocidade. O outro aparece não como alteridade que resiste, interpela e transforma, mas como presença domesticada, previsível e instrumentalizável, moldada às expectativas projetivas do espectador.

A alteridade, nesse regime, perde sua densidade ética e política para converter-se em objeto de fruição afetiva. O outro não é alguém com quem se negocia, mas alguém que se consome. Essa transformação tem efeitos profundos sobre a própria estrutura da vida social, pois normaliza formas de vínculo que dispensam o risco, a frustração, a negociação e a exposição à diferença, elementos constitutivos de toda relação intersubjetiva autêntica.

O avanço das inteligências artificiais generativas radicaliza ainda mais esse paradigma. Ao inaugurar relações parasociais com entidades totalmente sintéticas, projetadas desde sua origem para maximizar engajamento emocional, abre-se uma nova fronteira do vínculo afetivo: aquela em que sequer existe um humano do outro lado da interface, como já advertiam Lanier (2010; 2018). Chatbots terapêuticos, avatares virtuais, influencers artificiais e parceiros românticos algorítmicos representam a culminação lógica do processo: a relação perfeitamente parasocial, em que a ilusão de compreensão mútua é produzida por uma máquina programada para simular empatia, mas incapaz de qualquer experiência fenomenológica do outro.



Esse cenário obriga a confrontar uma questão perturbadora: se o afeto parasocial com humanos já é vivenciado como real e satisfatório para muitos, qual será o estatuto ontológico e ético de um afeto dirigido a inteligências que “me entendem” por que foram projetadas para tal, mas que não “me compreendem” em nenhum sentido existencial ou intersubjetivo? A ontologia relacional da hipermodernidade parece, assim, encaminhar-se para uma progressiva autonomização dos simulacros afetivos em relação à experiência social concreta.

Em conclusão, a análise ontológica do afeto parasocial revela que não estamos diante apenas de uma patologia cultural ou de um desvio psicológico, mas de um sintoma profundo das contradições da subjetividade contemporânea. O fenômeno parasocial funciona como espelho distorcido, mas revelador, de um mundo em que o desejo legítimo por reconhecimento é capturado, reconfigurado e devolvido sob a forma de simulacros afetivos altamente eficazes, mas estruturalmente desprovidos de reciprocidade e alteridade. A resposta crítica não pode residir em um purismo relacional que rejeite toda mediação técnica, mas na construção de uma dupla consciência: a capacidade de habitar os espaços mediados sem perder a sensibilidade para a diferença qualitativa entre o vínculo negociado e o consumo projetivo, entre a alteridade que resiste e o espelho que apenas acaricia.

## **COMO AS PLATAFORMAS DIGITAIS SISTEMATICAMENTE ALIMENTAM APEGOS PARASOCIAIS**

A intensificação do afeto parasocial na cultura digital contemporânea não constitui um efeito colateral imprevisto da expansão das tecnologias de comunicação, tampouco um mero desdobramento espontâneo das transformações sociotécnicas recentes. Trata-se, antes, do resultado direto de escolhas deliberadas de design, de modelos de negócio específicos e de lógicas algorítmicas cuidadosamente arquitetadas para capturar, reter e monetizar o investimento emocional dos usuários. As plataformas digitais, longe de funcionarem como espaços neutros de mediação social, operam como verdadeiras engenharias da intimidade, projetadas para transformar o desejo humano por vínculo, reconhecimento e pertencimento em recursos exploráveis economicamente.

No centro desse arranjo encontra-se a lógica do feedback positivo e da recompensa variável, princípio oriundo da psicologia behaviorista e amplamente empregado em dispositivos de controle comportamental, notadamente em cassinos e jogos de azar. Adaptada ao design digital, essa lógica estrutura o comportamento dos usuários em ciclos contínuos de estímulo e resposta, nos quais a expectativa de retorno, sob a forma de curtidas, comentários, visualizações ou menções, torna-se o principal motor da permanência na plataforma. Conforme sistematizado por Eyal (2014), esses ciclos são compostos por gatilhos, ações, recompensas variáveis e investimentos progressivos, criando hábitos que se naturalizam como parte da rotina subjetiva dos indivíduos. Alter (2017), ao examinar criticamente esse processo, demonstra como tais dispositivos ultrapassam a mera persuasão para adentrar o campo da dependência comportamental, corroendo progressivamente a autonomia do usuário.

Essa arquitetura não apenas estimula o uso contínuo das plataformas, mas molda qualitativamente o tipo de vínculo que se estabelece com as figuras midiáticas nelas presentes. O afeto parasocial emerge, assim, como uma forma de relação perfeitamente adaptada a esse ecossistema: unilateral, intensiva em investimento emocional e pobre em reciprocidade efetiva. A experiência de proximidade com criadores de conteúdo,





streamers, influencers ou celebridades digitais é continuamente reforçada por micro-interações quantificáveis que simulam reconhecimento e pertencimento, sem jamais instaurar, de fato, uma relação dialógica.

O algoritmo de recomendação opera como o motor invisível dessa intensificação, desempenhando papel central na fabricação das chamadas “bolhas afetivas”. Ao analisar minuciosamente os padrões de visualização, permanência, pausa, repetição e engajamento, o algoritmo não apenas sugere conteúdos similares aos já consumidos, mas progressivamente conduz o usuário a uma dieta informacional cada vez mais concentrada em determinadas figuras, estilos narrativos e afetivos. Esse processo tende a normalizar o consumo excessivo de conteúdos centrados em poucas personas, dificultando a diversificação das fontes de atenção e restringindo o horizonte relacional do indivíduo. Conforme a lógica da economia da atenção descrita por Franck (2005), o valor não reside mais primariamente na informação em si, mas na capacidade de capturar e reter a atenção como recurso escasso e disputado.

Nesse contexto, o algoritmo atua como um verdadeiro curador algorítmico do afeto, aprendendo progressivamente as vulnerabilidades emocionais do usuário e explorando-as para maximizar o tempo de permanência e a intensidade do engajamento. Se um usuário demonstra interesse por um determinado criador, o sistema não apenas recomenda seus conteúdos principais, mas também clipes, bastidores, análises de fãs, reações de terceiros e episódios antigos, produzindo um ecossistema midiático fechado em torno daquela figura. Tal imersão contínua reforça a sensação de intimidade e familiaridade, ao mesmo tempo em que naturaliza a centralidade daquela persona na vida emocional do espectador.

Economicamente, as plataformas institucionalizaram a monetização direta do apego parasocial, convertendo o apoio emocional em transação financeira explícita. Mecanismos como assinaturas mensais, doações durante transmissões ao vivo, super chats, selos de destaque, conteúdos exclusivos para membros e vendas de produtos personalizados transformam a expressão de afeto em fluxo monetário mensurável. Nesse processo, como analisa Srnicek (2017), consolida-se o núcleo do capitalismo de plataforma: a intermediação assimétrica entre produtores de conteúdo e usuários, na qual a plataforma extrai valor de ambos os lados, apropriando-se dos dados, do tempo e da renda gerados por essa interação.

A relação parasocial, nesse arranjo, é explorada em múltiplos níveis: o usuário paga com atenção, dados e dinheiro; o criador paga com exposição contínua de sua intimidade, desgaste psíquico e precarização de sua vida privada; e a plataforma captura valor de ambos, sem assumir responsabilidade ética proporcional sobre os efeitos produzidos. A monetização do afeto torna-se, assim, não um desvio, mas o próprio fundamento econômico do sistema.

A gamificação dos laços sociais completa esse panorama ao converter o vínculo afetivo em capital simbólico quantificável. Contagens públicas de seguidores, rankings de “fãs mais ativos”, emblemas de “apoiodor premium” e listas de “maiores doadores” reificam o afeto, transformando-o em um recurso visível, comparável e competitivo. O apego parasocial deixa de ser um sentimento privado para tornar-se um desempenho público, pressionando os usuários a investirem continuamente mais tempo, atenção e recursos financeiros para manterem sua posição dentro da comunidade simbólica que se forma em torno de determinadas figuras midiáticas.

Em conclusão, as plataformas digitais não constituem meros palcos neutros onde relações parasociais emergem espontaneamente. Elas são arquitetos ativos e interessados na construção sistemática desses apegos, por meio de um conjunto articulado de design,



algoritmos e modelos econômicos perfeitamente adaptados para explorar necessidades humanas fundamentais por pertencimento, reconhecimento e sentido. Como já advertia Zuboff (2019), trata-se de um sistema que converte experiência subjetiva em matéria-prima para extração de valor, inaugurando uma nova fronteira de exploração que incide diretamente sobre o mundo interior dos indivíduos.

Reconhecer essa engenharia deliberada é condição primeira para a constituição de uma agência crítica capaz de resistir à colonização do afeto pela lógica do consumo. Não se trata de demonizar a tecnologia ou recusar toda mediação digital, mas de desnaturalizar os dispositivos que transformam o desejo de vínculo em mercadoria e de reivindicar modelos de sociabilidade digital que não dependam da patologização da carência afetiva para sua subsistência. A luta por uma digitalidade mais humana passa, necessariamente, por desmontar essas arquiteturas da intimidade e por demandar formas de organização sociotécnica que devolvam à relação com o outro sua espessura ética, sua reciprocidade e sua abertura ao imprevisível.

## **AFETO PARASOCIAL, PODER E SUBJETIVAÇÃO NA ERA DIGITAL**

A análise do afeto parasocial, quando deslocada do registro meramente psicológico ou comunicacional, revela-se um campo privilegiado para compreender as transformações profundas nas formas contemporâneas de poder, subjetivação e experiência social. A partir de Foucault (1975; 1977; 2011), torna-se possível afirmar que o poder moderno jamais se exerceu prioritariamente pela repressão direta, mas pela produção positiva de corpos, condutas e modos de ser. Em *Vigiar e Punir* e na *Microfísica do Poder*, Foucault demonstra que o poder opera capilarmente, infiltrando-se nas práticas mais banais da vida cotidiana, organizando gestos, tempos, afetos e desejos. A cultura digital, longe de romper com essa lógica, a radicaliza: o afeto torna-se hoje uma das superfícies privilegiadas de inscrição política. Se antes se disciplinavam corpos em instituições fechadas, agora modulam-se emoções, expectativas de reconhecimento e regimes de atenção em arquiteturas abertas e aparentemente livres.

O afeto parasocial emerge, nesse contexto, não como desvio cultural ou patologia individual, mas como tecnologia difusa de poder. Ele não reprime o desejo de vínculo; ao contrário, o fabrica, o organiza e o explora, confirmando a tese foucaultiana de que o poder não apenas interdita, mas produz realidades, saberes e sujeitos (Foucault, 1995; 1999). Ao estimular identificações intensivas com figuras midiáticas, as plataformas não apenas capturam atenção, mas produzem normativamente formas de sentir, de desejar e de se relacionar. O poder não se exerce aqui contra o afeto, mas por meio dele, transformando emoções em recursos governáveis.

A noção foucaultiana de panoptismo permanece central para compreender essa mutação. Conforme descrito por Foucault (1975; 1977), trata-se de um regime de visibilidade assimétrica que induz os indivíduos a se autogovernarem pela internalização do olhar. Nas plataformas digitais, essa lógica é radicalizada e reconfigurada: já não se trata apenas de ser visto, mas de desejar ser visto. A vigilância deixa de ser vivida como coerção e passa a ser experimentada como promessa de reconhecimento, deslocando o poder da repressão para a incitação permanente à exposição.

Esse deslocamento é aprofundado no diagnóstico de Deleuze (1992), para quem as sociedades disciplinares deram lugar às sociedades de controle, caracterizadas não mais pelo confinamento institucional, mas por modulações contínuas e abertas que governam fluxos, acessos e comportamentos. As plataformas digitais encarnam



exemplarmente esse paradigma: nelas, o sujeito não é encerrado, mas permanentemente conectado, monitorado, classificado e ajustado em tempo real. O afeto parasocial, nesse regime, opera como tecnologia de modulação afetiva, orientando a atenção e estabilizando condutas sem recorrer à coerção visível.

Essa modulação contínua articula-se à noção de subjetivação maquínica desenvolvida por Guattari (1992), segundo a qual o capitalismo contemporâneo não se limita a explorar trabalho ou consumo, mas produz diretamente subjetividades, capturando desejos, afetos e modos de existência por meio de máquinas semióticas e técnicas. As plataformas não apenas mediam relações; elas fabricam formas de sensibilidade e regimes de percepção. O sujeito parasocial é, assim, uma subjetividade produzida maquínicamente: seu modo de sentir, de desejar e de se vincular é formatado por dispositivos técnicos que operam aquém da consciência reflexiva.

Nesse contexto, a própria ideia de autenticidade, tão central à cultura dos influencers, não se opõe à performance, mas constitui sua forma mais sofisticada, na medida em que é estrategicamente administrada como valor simbólico e econômico, segundo regimes discursivos que determinam o que pode ser dito, por quem e com quais efeitos de verdade (Foucault, 1995).

A esse regime de produção subjetiva soma-se, de modo decisivo, a crítica de Han (2015; 2017), para quem o neoliberalismo contemporâneo governa não mais pela repressão, mas pela autoexploração. O sujeito não é coagido: ele se explora voluntariamente em nome do desempenho, da visibilidade e da realização pessoal. O imperativo já não é obedecer, mas produzir-se incessantemente. O afeto parasocial insere-se plenamente nesse paradigma: ele não apenas captura emoções, mas as converte em motor da autoexploração subjetiva, produzindo uma fadiga que é simultaneamente física, psíquica e afetiva.

O sujeito parasocial é, nesse sentido, figura emblemática da subjetividade contemporânea: ele deseja aquilo que o captura, investe naquilo que o consome e encontra sentido precisamente nos dispositivos que o exaurem. Se Foucault (2008) mostrou que a biopolítica governa a vida, pode-se afirmar que o capitalismo de plataforma governa hoje também os afetos como dimensão vital, integrando-os às lógicas de mercado, previsão e controle.

O afeto parasocial, assim compreendido, não é apenas um fenômeno cultural periférico, mas sintoma central das transformações do poder na era digital. Ele revela a passagem de uma política dos corpos a uma política dos afetos, de uma disciplina institucional a uma modulação algorítmica das sensibilidades. A resistência, nesse cenário, não pode assumir a forma ingênua de rejeição da técnica nem de nostalgia pré-digital, mas deve consistir, como propunha Foucault (2011), na construção de práticas críticas de si capazes de reintroduzir distância reflexiva em um regime que opera pela proximidade compulsória.

Pensar criticamente o afeto parasocial é, portanto, pensar politicamente a subjetividade contemporânea. É recusar a naturalização da colonização afetiva e afirmar que o vínculo com o outro não pode ser reduzido a dados, métricas ou performances. O afeto parasocial diz menos sobre a tecnologia em si do que sobre o modo como nos tornamos sujeitos em um mundo que aprendeu a governar não apenas nossos corpos e discursos, mas também nossas emoções, nossas expectativas e nossa fome profunda de ser vistos e compreendidos.



## O MUNDO DIGITAL É SÓ DIGITAL?

Perguntar se o mundo digital é apenas digital implica recusar, desde o início, a imagem do digital como uma camada separada da vida social, como se existisse um “lado de cá” material e um “lado de lá” virtual. Esse dualismo empobrece a compreensão do presente porque ignora que o digital não é um “lugar” onde entramos, mas um conjunto de condições sociotécnicas que reorganiza a experiência cotidiana, redistribuindo visibilidades, valores, tempos e vínculos. Se a vida digital parece etérea, seus efeitos são densamente concretos: operam no corpo, na memória, na economia política da atenção e nas formas contemporâneas de reconhecimento.

Uma via decisiva para responder à pergunta é compreender o digital como regime de mediação. A realidade social contemporânea não é simplesmente “representada” por meios digitais; ela é cada vez mais constituída por circuitos de mediação que orientam o que aparece como relevante, confiável, desejável e partilhável. Em termos fortes, trata-se de reconhecer um processo histórico em que a vida social se torna progressivamente atravessada por mídias, plataformas e dados, tornando inadequada a ideia de que haveria um real “puro” e, em outro plano, um digital “derivado” (Couldry; Hepp, 2017). Isso não significa dizer que tudo é mídia, mas que a produção do social passa a depender de infraestruturas e práticas mediadas.

Nessa direção, a sociedade em rede descreve um deslocamento estrutural: redes e fluxos informacionais reorganizam trabalho, cultura, política e formas de sociabilidade, fazendo do digital uma infraestrutura de coordenação e poder (Castells, 2010). O digital, portanto, não é apenas um meio; ele se torna ambiente e condição, articulando escalas locais e globais em velocidades e granularidades antes indisponíveis. Porém, esse ambiente não é neutro. Plataformas instituem arquiteturas de participação e visibilidade, e ao fazê-lo estabelecem normas de interação, economias de reputação e regimes de valor mensuráveis (Van Dijck, 2013). Quando essa lógica se expande para serviços, instituições e vida pública, o que está em jogo é uma “sociedade de plataforma”, em que valores públicos passam a ser disputados dentro de infraestruturas privadas de conexão (Van Dijck; Poell; De Waal, 2018).

Se, por um lado, essa transformação pode ser descrita por categorias estruturais, por outro ela se torna plenamente inteligível quando introduzimos a dimensão do afeto. O digital não “acontece” apenas em telas; ele acontece em atmosferas emocionais, rotinas de atenção e dinâmicas de pertencimento. Emoções não são apenas conteúdos internos, mas forças sociais que circulam, colam-se a objetos e narrativas, e constituem fronteiras de proximidade e rejeição. Essa circulação afetiva ajuda a explicar por que certas figuras, discursos e conflitos se tornam centrais nas redes, enquanto outros desaparecem, e por que a experiência digital é tão frequentemente vivida como urgência, paixão, ameaça ou cuidado (Ahmed, 2004). Além disso, a dimensão afetiva opera também como intensidade: uma variação do corpo e da percepção que antecede a linguagem e que, por isso, escapa às descrições puramente cognitivas da vida online (Massumi, 2002).

No plano coletivo, essa circulação de sentimentos participa da formação de “públicos afetivos”, isto é, coletivos temporários ou duráveis que se agregam por narrativas e emoções em ambientes digitais, onde a partilha do sentir é indissociável da visibilidade e do engajamento (Papacharissi, 2015). Aqui, o digital revela com clareza que não é “só digital”: ele produz experiência, organiza laços e mobiliza disposições emocionais que orientam ação e julgamento. Essa constatação prepara o terreno para compreender um dos fenômenos mais reveladores das ecologias de plataforma: o afeto parasocial.





O termo “interação parasocial” foi formulado para descrever a sensação de intimidade e reciprocidade vivida por espectadores diante de personalidades midiáticas, uma intimidade “à distância” estruturada por assimetria: o público sente proximidade, mas não é conhecido em retorno (Horton; Wohl, 1956). Embora nascido no contexto do rádio e da televisão, o conceito descreve um modo de vínculo que se atualiza com vigor no ambiente digital. A literatura posterior insiste que a parasocialidade não deve ser tratada como anomalia, mas como forma social mediada que se integra ao cotidiano e reorganiza expectativas sobre presença, amizade e familiaridade (Giles, 2002).

Com o amadurecimento do campo, tornou-se importante diferenciar a experiência situacional da exposição midiática do vínculo duradouro que se estende no tempo. Nesse sentido, é útil distinguir “interação parasocial”, o sentimento momentâneo de estar em relação durante o consumo, de “relacionamento parasocial”, que envolve continuidade, memória, investimento afetivo e expectativas de estabilidade (Dibble; Hartmann; Rosaen, 2016). Essa distinção é crucial no digital, porque as plataformas multiplicam pontos de contato e rotinizam a relação: notificações, stories, lives, séries, bastidores, comentários e “micro-respostas” criam uma sensação de copresença contínua. A forma do vínculo muda, mas a assimetria estrutural persiste.

A transformação não é apenas psicológica; ela é também econômica e política. A economia de plataformas depende de atenção e engajamento, e por isso depende de vínculos suficientemente estáveis para produzir retorno, permanência, frequência e defesa simbólica. Em regimes contemporâneos, plataformas operam como infraestruturas que intermediam relações e extraem dados, convertendo interações em ativos e previsões de comportamento (Srnicsek, 2017). Nessa lógica, o afeto parasocial funciona como uma tecnologia social de fidelização: quanto mais um público se sente “próximo” de uma figura, maior a probabilidade de manter a atenção, consumir conteúdos, aderir a recomendações e participar de circuitos de monetização.

Essa conversão do social em dado, contudo, envolve uma reconfiguração cultural profunda: conectividade passa a ser organizada por arquiteturas que transformam relações em métricas e métricas em valor, naturalizando uma gramática de visibilidade e performance (Van Dijck, 2013). Em termos críticos, isso pode ser lido como parte de uma economia mais ampla de extração de dados comportamentais e de influência sobre condutas, com efeitos sobre autonomia individual e vida pública (Zuboff, 2019). O afeto parasocial, nesse contexto, não é só uma relação “entre pessoas”; é um operador que atravessa mercado, governança algorítmica e disputa por autoridade simbólica.

As consequências existenciais desse cenário exigem cuidado analítico. Há uma promessa de conexão e, ao mesmo tempo, uma reorganização da intimidade em moldes gerenciáveis, editáveis e frequentemente assimétricos. Em leitura crítica, pode-se dizer que se busca companhia e reconhecimento em relações de baixa reciprocidade, o que produz conforto imediato, mas também desloca expectativas do encontro humano e da vulnerabilidade compartilhada (Turkle, 2011). Ao mesmo tempo, é insuficiente reduzir a experiência digital a declínio ou alienação: as conexões digitais são práticas negociadas, híbridas e situadas, capazes de produzir apoio, comunidade e novas formas de expressão, ainda que atravessadas por desigualdades e conflitos (Baym, 2015).

Diante disso, a pergunta inicial retorna com maior densidade: o mundo digital é só digital? A resposta, à luz do fenômeno parasocial, é negativa. O digital é técnico, mas também afetivo; é informacional, mas também corporal; é comunicacional, mas também econômico e político. O afeto parasocial mostra como vínculos emocionalmente reais são fabricados por arquiteturas de mediação, estabilizados por rotinas de plataforma e frequentemente convertidos em valor. O “digital” não é uma camada externa ao real: ele





é uma forma contemporânea de organização do real, em que mediação e afeto se entrelaçam para produzir presença, pertencimento e poder.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso desenvolvido ao longo deste ensaio permite afirmar que o afeto parasocial não constitui um fenômeno periférico ou meramente psicológico da cultura digital, mas uma das expressões centrais das transformações ontológicas, afetivas e políticas que atravessam a experiência contemporânea. Longe de ser um simples efeito colateral das tecnologias de comunicação, ele se revela como operador estrutural das sociabilidades mediadas por plataformas, atravessando subjetividades, economias simbólicas e regimes de poder.

Ao investigar a pergunta que orienta este trabalho, o mundo digital é só digital?, torna-se evidente que a resposta só pode ser negativa. O digital não é uma camada suplementar sobre a realidade, nem um espaço apartado da vida social. Ele constitui hoje uma matriz de mediação que reorganiza profundamente as formas de perceber, sentir, relacionar-se e existir. O afeto parasocial, enquanto vínculo vivido como real, ainda que estruturalmente assimétrico e tecnicamente mediado, demonstra que a experiência digital não se limita à representação: ela produz realidade afetiva, social e política.

Nesse sentido, o afeto parasocial revela uma mutação profunda da intimidade e do reconhecimento. Aquilo que historicamente se constituía na densidade do encontro intersubjetivo passa a ser progressivamente capturado, organizado e explorado por arquiteturas sociotécnicas voltadas à maximização do engajamento e à monetização da atenção. O desejo legítimo de pertencimento e visibilidade converte-se, assim, em recurso econômico e dispositivo de governança comportamental.

Contudo, reduzir esse fenômeno a mera alienação ou patologia cultural seria tão insuficiente quanto ignorar suas dimensões críticas. Para muitos sujeitos, comunidades digitais e vínculos mediados oferecem apoio, validação e formas de pertencimento inexistentes em seus contextos presenciais. O problema não reside, portanto, na mediação técnica em si, mas na naturalização de relações estruturalmente assimétricas como modelo relacional hegemônico, capaz de substituir progressivamente formas mais densas, conflitivas e transformadoras de alteridade.

Ao articular afeto parasocial, capitalismo de plataforma e regimes contemporâneos de poder, este trabalho procurou demonstrar que a questão central não é apenas tecnológica, mas política e ética. Estamos diante de uma colonização crescente da esfera afetiva por lógicas de mercado, previsibilidade algorítmica e controle comportamental, o que impõe desafios decisivos à autonomia subjetiva, à democracia e à própria ideia de vínculo humano.

Nesse cenário, a crítica não pode assumir a forma simplista de rejeição do digital nem de nostalgia por uma sociabilidade pré-mediada. O desafio consiste em construir formas de habitar o digital sem abdicar da densidade ética do encontro com o outro, da reciprocidade, da imprevisibilidade e da responsabilidade que caracterizam a experiência intersubjetiva plena. Trata-se de reivindicar uma ecologia digital do afeto que não esteja fundada na exploração da carência emocional, mas na ampliação consciente das possibilidades de relação, criação e cuidado.

Por fim, este ensaio não se pretende conclusivo, mas provocativo. Ao evidenciar o afeto parasocial como sintoma privilegiado das contradições do presente, busca abrir caminhos para futuras investigações que articulem empiria, teoria e política, contribuindo para que o mundo digital não seja apenas tecnicamente sofisticado, mas também existencialmente habitável e eticamente sustentável.



## REFERÊNCIAS

- AHMED, Sara. *The cultural politics of emotion*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.
- ALTER, Adam. *Irresistible: the rise of addictive technology and the business of keeping us hooked*. New York: Penguin Press, 2017.
- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.
- BAYM, Nancy K. *Personal connections in the digital age*. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2015.
- BAYM, Nancy K. *Personal connections in the digital age*. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2015.
- CASTELLS, Manuel. *The rise of the network society: the information age: economy, society, and culture*. 2. ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.
- COHEN, Jonathan. Parasocial break-up from favorite television characters: the role of attachment styles and relationship intensity. *Journal of Social and Personal Relationships*, v. 21, n. 2, p. 187–202, 2004.
- COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. *The mediated construction of reality*. Cambridge: Polity Press, 2017.
- DERMOTT, Rhiannon; DIBBEN, Nicola. Exploring the role of attachment in student–influencer parasocial relationships. *Journal of Marketing Management*, v. 37, n. 15–16, p. 1377–1399, 2021.
- DIBBLE, Jayson L.; HARTMANN, Tilo; ROSAEN, Sarah F. Parasocial interaction and parasocial relationship: conceptual clarification and a critical assessment of measures. *Human Communication Research*, v. 42, n. 1, p. 21–44, 2016.
- EYAL, Nir. *Hooked: how to build habit-forming products*. New York: Portfolio/Penguin, 2014.
- FOUCAULT, M. (1977). *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. Vintage Books.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins, 1999.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. In: *Microfísica do poder*. 2011. p. 295-295.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Vozes, 1975.



- FRANCK, Georg. *Mentaler Kapitalismus: eine politische Ökonomie des Geistes*. München: Carl Hanser, 2005.
- FRANCK, Georg. *Ökonomie der Aufmerksamkeit*. Merkur, Stuttgart, n. 53, p. 748–761, 1999.
- GILES, David C. *Parasocial interaction: a review of the literature and a model for future research*. *Media Psychology*, v. 4, n. 3, p. 279–305, 2002.
- HORTON, Donald; WOHL, R. Richard. *Mass communication and para-social interaction: observations on intimacy at a distance*. *Psychiatry*, v. 19, n. 3, p. 215–229, 1956.
- LANIER, Jaron. *Ten arguments for deleting your social media accounts right now*. New York: Henry Holt and Company, 2018.
- LANIER, Jaron. *You are not a gadget: a manifesto*. New York: Alfred A. Knopf, 2010.
- LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004.
- MASSUMI, Brian. *Parables for the virtual: movement, affect, sensation*. Durham: Duke University Press, 2002.
- MURDOCH, Iris. *A soberania do bem*. Lisboa: Relógio d'Água, 2006.
- PAPACHARISSI, Zizi. *A private sphere: democracy in a digital age*. Cambridge: Polity Press, 2010.
- PAPACHARISSI, Zizi. *Affective publics: sentiment, technology, and politics*. New York: Oxford University Press, 2015.
- SRNICEK, Nick. *Platform capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2017.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TURKLE, Sherry. *Alone together: why we expect more from technology and less from each other*. New York: Basic Books, 2011.
- VAN DIJCK, José. *The culture of connectivity: a critical history of social media*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. *The platform society: public values in a connective world*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- WEIL, Simone. *A gravidade e a graça*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- ZUBOFF, Shoshana. *The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power*. New York: PublicAffairs, 2019.